

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.489.050.740
Preferenciais	0
Total	1.489.050.740
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error
#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	4.361.486	4.113.605
1.01	Ativo Circulante	251.610	191.376
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.151	100.068
1.01.02	Aplicações Financeiras	107.049	38.941
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	107.049	38.941
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	86.186	9.087
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	20.863	29.854
1.01.03	Contas a Receber	56.231	48.236
1.01.03.01	Clientes	54.660	47.162
1.01.03.01.01	Contas a Receber	54.660	47.162
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.571	1.074
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	1.571	1.074
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.028	1.694
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.028	1.694
1.01.06.01.01	Tributos correntes a recuperar	2.028	1.694
1.01.07	Despesas Antecipadas	866	2.368
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	866	2.368
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	285	69
1.01.08.03	Outros	285	69
1.01.08.03.02	Outros Créditos	285	69
1.02	Ativo Não Circulante	4.109.876	3.922.229
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	471.680	444.617
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	311.313	293.982
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	311.313	293.982
1.02.01.04	Contas a Receber	0	386
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	386
1.02.01.07	Tributos Diferidos	160.166	150.015
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	160.166	150.015
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	158	191
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	43	43
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	43	43
1.02.03	Imobilizado	47.456	47.052
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.308	4.623
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	43.148	42.429
1.02.04	Intangível	3.590.740	3.430.560
1.02.04.01	Intangíveis	3.590.740	3.430.560
1.02.04.01.02	Intangíveis	3.328.844	3.078.509
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	261.896	352.051

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	4.361.486	4.113.605
2.01	Passivo Circulante	492.003	414.372
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.685	12.943
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.685	12.943
2.01.02	Fornecedores	36.118	45.342
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.118	45.342
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.659	29.444
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	23.659	29.444
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.132	16.853
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.527	12.591
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.972	149.022
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	87.030	77.250
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	87.030	77.250
2.01.04.02	Debêntures	73.942	71.772
2.01.05	Outras Obrigações	104.002	93.110
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.838	9.059
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.838	9.059
2.01.05.02	Outros	95.164	84.051
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	45.479	45.479
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	16.212	13.080
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	20.313	9.279
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	2.078	2.019
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	11.082	14.194
2.01.06	Provisões	155.567	84.511
2.01.06.02	Outras Provisões	155.567	84.511
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	155.567	84.511
2.02	Passivo Não Circulante	2.171.573	2.061.774
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.718.006	1.560.749
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.647.090	1.446.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.647.090	1.446.652
2.02.01.02	Debêntures	70.916	114.097
2.02.02	Outras Obrigações	34.742	30.921
2.02.02.02	Outros	34.742	30.921
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar	34.742	30.921
2.02.04	Provisões	418.825	470.104
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.571	1.394
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.571	1.394
2.02.04.02	Outras Provisões	416.254	468.710
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	211.191	256.077
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	205.063	212.633
2.03	Patrimônio Líquido	1.697.910	1.637.459
2.03.01	Capital Social Realizado	1.441.386	1.441.386
2.03.04	Reservas de Lucros	256.524	196.073
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	256.524	196.073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.625	584.406	247.497	468.360
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.083	371.940	177.168	338.662
3.01.02	Receita de serviços de construção	107.542	212.466	70.329	129.698
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-208.136	-395.216	-165.023	-309.557
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-100.594	-182.750	-94.694	-179.859
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-107.542	-212.466	-70.329	-129.698
3.03	Resultado Bruto	91.489	189.190	82.474	158.803
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.652	-18.378	-6.766	-12.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.232	-19.307	-7.192	-13.857
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-10.233	-19.287	-7.192	-13.857
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	1	-20	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	580	929	426	1.054
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81.837	170.812	75.708	146.000
3.06	Resultado Financeiro	-39.217	-80.915	-37.663	-74.157
3.06.01	Receitas Financeiras	14.966	27.271	10.183	20.784
3.06.01.01	Receitas Financeiras	14.966	27.271	10.183	20.784
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.183	-108.186	-47.846	-94.941
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-54.182	-108.185	-47.845	-94.940
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-1	-1	-1	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.620	89.897	38.045	71.843
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.520	-29.446	-12.826	-24.044
3.08.01	Corrente	-17.326	-39.597	-21.183	-39.835
3.08.02	Diferido	3.806	10.151	8.357	15.791
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.100	60.451	25.219	47.799
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.100	60.451	25.219	47.799
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.99.01.01	ON	0,0195	0,0406	0,0169	0,0321

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	29.100	60.451	25.219	47.799
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.100	60.451	25.219	47.799

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	168.096	135.928
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	251.320	212.063
6.01.01.01	Lucro líquido do período	60.451	47.799
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	78.480	68.494
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	20	0
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	868	0
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.151	-15.791
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-19.861	-13.442
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de empréstimos	78.276	62.588
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	8.750	12.424
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	16.850	16.622
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.971	941
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	119	63
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	34.547	32.365
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-83.224	-76.135
6.01.02.01	Contas a receber	-7.518	-8.142
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-497	-130
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.535	1.675
6.01.02.05	Impostos a recuperar	9.700	8.839
6.01.02.06	Outros créditos	-216	-101
6.01.02.08	Outras contas a receber	386	-30
6.01.02.09	Fornecedores	-8.758	-25.503
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-4.454	-896
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	123	153
6.01.02.12	Obrigações sociais	-1.258	-738
6.01.02.13	Obrigações fiscais	35.719	38.225
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-40.850	-36.262
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	59	261
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-1.913	-1.522
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-21.431	0
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	-2.378	-1.450
6.01.02.19	Pagamento de juros	-52.507	-49.293
6.01.02.20	Outras contas a pagar	11.034	-1.221
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-284.644	-189.702
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-144	-505
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-208.888	-118.674
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-102.874	-9.440
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	104.361	0
6.02.10	Aplicação Financeira	-77.099	-61.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	101.631	62.645
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-11.707	-10.191
6.03.04	Captação de empréstimos	200.000	150.000
6.03.05	Pagamento empréstimos - principal	-39.087	-24.020

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.03.15	Pagamentos Debêntures - principal	-47.575	-53.144
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.917	8.871
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	100.068	142.847
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.151	151.718

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	196.073	0	0	1.637.459
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.451	0	60.451
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.451	0	60.451
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	196.073	60.451	0	1.697.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.441.386	0	117.783	0	0	1.559.169
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.441.386	0	117.783	0	0	1.559.169
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	47.799	0	47.799
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	47.799	0	47.799
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.441.386	0	117.783	47.799	0	1.606.968

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	645.493	521.329
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	407.672	369.999
7.01.02	Outras Receitas	237.821	151.330
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	212.466	129.698
7.01.02.02	Outras receitas	1.627	1.756
7.01.02.03	Juros Capitalizados	23.728	19.876
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-306.930	-229.093
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.573	-28.099
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.855	-12.928
7.02.04	Outros	-266.502	-188.066
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-212.466	-129.698
7.02.04.02	Custo da Concessão	-14.148	-24.056
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-34.547	-32.365
7.02.04.04	Outros	-5.341	-1.947
7.03	Valor Adicionado Bruto	338.563	292.236
7.04	Retenções	-78.480	-68.494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-78.480	-68.494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	260.083	223.742
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.270	20.783
7.06.02	Receitas Financeiras	27.271	20.784
7.06.03	Outros	-1	-1
7.06.03.04	Outros	-1	-1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	287.353	244.525
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	287.353	244.525
7.08.01	Pessoal	29.686	25.158
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.118	18.927
7.08.01.02	Benefícios	5.952	5.094
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.616	1.137
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.111	56.336
7.08.02.01	Federais	44.759	37.862
7.08.02.02	Estaduais	14	27
7.08.02.03	Municipais	20.338	18.447
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.105	115.232
7.08.03.01	Juros	87.026	75.012
7.08.03.02	Aluguéis	647	709
7.08.03.03	Outras	44.432	39.511
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados BNDES	22.998	19.278
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	730	598
7.08.03.03.04	Outras	20.704	19.635
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	60.451	47.799
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.451	47.799

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



Ribeirão Preto, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da ViaPaulista S.A. (“Companhia” ou “ViaPaulista”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A ViaPaulista S.A. (“Companhia” ou “ViaPaulista”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 720 km de rodovias no Estado de São Paulo, abrangendo trechos estratégicos que interligam 35 municípios das regiões sudoeste, central e nordeste do estado. A operação teve início em 2017 com 285 km de rodovias (SP-255 e SP-281), sendo posteriormente ampliada em 2019 com a incorporação de 316,5 km adicionais, além de mais de 100 km de rodovias vicinais.

A malha viária da Companhia é essencial para o escoamento da produção agrícola e industrial de uma das regiões mais relevantes do agronegócio brasileiro, com destaque para a agroindústria canavieira, bioenergia, soja, milho, café e amendoim. O perfil logístico da concessão é evidenciado pelo *mix* de tráfego, composto por 63% de veículos pesados e 37% de veículos de leves. A Companhia opera 11 praças de pedágio, e o contrato de concessão tem vigência até 2047, com prazo total de 30 anos.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,5%** no tráfego no 2T25, com **21,3 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **63,9%** do tráfego representado por veículos pesados e **36,1%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 210,9 milhões** no 2T25, com crescimento de **8,9%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 148,2 milhões**, acréscimo de **13,8%**, com uma margem de **77,2%**, evolução de **3,7** pontos percentuais.

Investimentos em Infraestrutura

Concluída a duplicação de 29 km da SP-255 entre Rincão e Araraquara, com aporte de R\$ 151 milhões e benefícios diretos para mais de 300 mil habitantes da região.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	21.276	20.564	3,5%	41.127	39.286	4,7%
Leves	7.679	7.243	6,0%	15.068	14.505	3,9%
Pesados	13.597	13.322	2,1%	26.060	24.781	5,2%

A ViaPaulista registrou 21,3 milhões de veículos equivalentes no 2T25, crescimento de 3,5% em relação ao 2T24. O *mix* foi composto por 63,9% de veículos pesados e 36,1% de leves. O desempenho dos veículos leves foi impulsionado por feriados prolongados, enquanto o segmento de pesado refletiu o aumento das importações e exportações.

No acumulado do 1S25, o tráfego totalizou 41,1 milhões de veículos equivalentes, alta de 4,7% frente ao 1S24. O crescimento foi puxado pelos veículos pesados, com incremento de 1,3 milhão de veículos (5,2%), beneficiados pelo avanço do comércio exterior e pelo início da cobrança do eixo suspenso carregado (MDF-e) a partir de abril/24. Já os veículos leves cresceram 3,9%, influenciados por eventos regionais e feriados como 1º de maio, Carnaval e Corpus Christi.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	9,91	9,41	5,3%	9,91	9,42	5,2%

A tarifa média no 2T25 foi de R\$ 9,91, representando crescimento de 5,3% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor manteve-se em R\$ 9,91, alta de 5,2% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete o reajuste de inflação da tarifa aplicado em Novembro/2024 baseado no IPCA, e reequilíbrio adicional de R\$0,10 através de medida cautelar.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	318.716	264.242	20,6%	620.778	500.399	24,1%
Receitas de pedágio	210.854	193.553	8,9%	407.672	369.999	10,2%
Receitas de construção	107.542	70.329	52,9%	212.466	129.698	63,8%
Outras Receitas	320	360	(11,1%)	640	702	(8,8%)
Deduções	(19.091)	(16.745)	14,0%	(36.372)	(32.039)	13,5%
Receita Operacional Líquida	299.625	247.497	21,1%	584.406	468.360	24,8%
Receita Operacional Líquida Ajustada ¹	192.083	177.168	8,4%	371.940	338.662	9,8%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio totalizou R\$ 210,9 milhões no 2T25, representando um crescimento de 8,9% em relação ao 2T24, impulsionado pelos reajustes tarifários contratuais e pelo aumento do tráfego nas rodovias sob concessão.

No acumulado do semestre, a receita atingiu R\$ 407,7 milhões, um aumento de 10,2% frente ao 1S24, também sustentado pela combinação de maior volume de tráfego e atualização tarifária.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 107,5 milhões no 2T25, alta de 52,9% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, somaram R\$ 212,5 milhões, crescimento de 63,8% frente ao mesmo período de 2024. Essa linha não possui efeito caixa, sendo integralmente compensada pelo custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 0,3 milhão no 2T25, redução de 11,1% em relação ao 2T24, impactadas pela menor realização de receitas com cabos ópticos e metálicos. No acumulado do 1S25, somaram R\$ 0,6 milhão, queda de 8,9% frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo a mesma dinâmica.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(43.871)	(46.984)	(6,6%)	(88.101)	(91.803)	(4,0%)
Pessoal	(15.626)	(13.418)	16,5%	(29.686)	(25.158)	18,0%
Conservação	(7.251)	(8.102)	(10,5%)	(16.195)	(17.066)	(5,1%)
Serviços de terceiros	(6.260)	(6.768)	(7,5%)	(12.781)	(13.492)	(5,3%)
Seguros e garantias	(941)	(916)	2,7%	(1.919)	(1.826)	5,1%
Verba de fiscalização	(6.337)	(5.818)	8,9%	(12.251)	(11.122)	10,2%
Custos com Poder Concedente	-	(5.818)	(100,0%)	-	(11.122)	(100,0%)
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.461)	(144)	914,6%	(2.971)	(941)	215,7%
Outros	(5.995)	(6.000)	(0,1%)	(12.298)	(11.076)	11,0%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(173.917)	(124.805)	39,4%	(325.493)	(230.557)	41,2%
Custo dos serviços de construção	(107.542)	(70.329)	52,9%	(212.466)	(129.698)	63,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(27.271)	(19.109)	42,7%	(34.547)	(32.365)	6,7%
Depreciação e Amortização	(39.104)	(35.367)	10,6%	(78.480)	(68.494)	14,6%
Custos e Despesas Operacionais	(217.788)	(171.789)	26,8%	(413.594)	(322.360)	28,3%

No 2T25, os custos e despesas operacionais da ViaPaulista totalizaram R\$ 217,8 milhões, alta de 26,8% em relação ao 2T24, impulsionada principalmente pelo custo dos serviços de construção — item contábil sem efeito caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção. No acumulado do semestre, o total foi de R\$ 413,6 milhões, crescimento de 28,3% frente ao 1S24, refletindo também o aumento da provisão para manutenção e da depreciação e amortização.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 43,9 milhões no 2T25, redução de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No semestre, o valor foi de R\$ 88,1 milhões, queda de 4,0% frente ao 1S24.

Essas reduções refletem principalmente:

- Queda nos gastos com conservação, de 10,5% no trimestre e 5,1% no semestre, refletindo eficiência nas intervenções operacionais;
- Redução em serviços de terceiros, com retração de 7,5% no trimestre e 5,3% no semestre;
- Pausa temporária nos custos com o Poder Concedente, zerados em 2025 frente a R\$ 11,1 milhões no 1S24.

Por outro lado, observou-se:

- Aumento nas despesas com pessoal, de 16,5% no trimestre e 18,0% no semestre, associado a reajustes salariais, contratações e encargos;
- Alta nas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, que passaram de R\$ 0,1 milhão para R\$ 1,5 milhão no trimestre, e de R\$ 0,9 milhão para R\$ 3,0 milhões no semestre.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	29.100	25.219	15,4%	60.451	47.799	26,5%
(+) Depreciação e Amortização	39.104	35.367	10,6%	78.480	68.494	14,6%
(+) Resultado Financeiro	39.217	37.663	4,1%	80.915	74.157	9,1%
(+) IR e CSLL	13.520	12.826	5,4%	29.446	24.044	22,5%
EBITDA¹	120.941	111.075	8,9%	249.292	214.494	16,2%
Margem EBITDA ²	63,0%	62,7%	0,3 p.p.	67,0%	63,3%	3,7 p.p.
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	27.271	19.109	42,7%	34.547	32.365	6,7%
EBITDA Ajustado³	148.212	130.184	13,8%	283.839	246.859	15,0%
Margem EBITDA Ajustada ²	77,2%	73,5%	3,7 p.p.	76,3%	72,9%	3,4 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA ajustado da Companhia totalizou R\$ 148,2 milhões no 2T25, crescimento de 13,8% em relação ao 2T24, com margem de 77,2% (+3,7 p.p.). O desempenho reflete o aumento da Receita de Pedágio, impulsionado pela combinação de maior tráfego e reajuste tarifário, além de controle de custos operacionais.

O EBITDA contábil foi de R\$ 120,9 milhões no 2T25, alta de 8,9% frente ao mesmo período do ano anterior, com margem de 63,0% (+0,3 p.p.). A variação positiva decorre da maior geração operacional, com destaque para ganhos de escala e eficiência.

No acumulado do 1S25, o EBITDA ajustado somou R\$ 283,8 milhões (+15,0%) e o EBITDA contábil R\$ 249,3 milhões (+16,2%), ambos sustentados por crescimento de receita e disciplina na gestão de despesas.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	39.104	35.367	10,6%	78.480	68.494	14,6%

A despesa com depreciação e amortização totalizou R\$ 39,1 milhões no 2T25, aumento de 10,6% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 78,5 milhões, alta de 14,6% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a entrada de novos ativos operacionais e a atualização da base de ativos amortizáveis.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(39.217)	(37.663)	4,1%	(80.915)	(74.158)	9,1%
Receitas financeiras	14.966	10.183	47,0%	27.271	20.784	31,2%
Despesas financeiras	(54.182)	(47.845)	13,2%	(108.185)	(94.940)	14,0%
Variação cambial, líq.	(1)	(1)	0,0%	(1)	(2)	(50,0%)

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira de R\$ 39,2 milhões no 2T25, aumento de 4,1% em relação ao 2T24. A variação decorre, principalmente, do crescimento das despesas financeiras, que totalizaram R\$ 54,2 milhões (+13,2%), impactadas por novos desembolsos realizados no trimestre, elevando o saldo devedor da Companhia. Além disso, o aumento do IPCA — indexador da dívida — contribuiu para a elevação dos encargos financeiros.

As receitas financeiras somaram R\$ 15,0 milhões no período (+47,0%), refletindo maior rentabilidade sobre aplicações, parcialmente compensando o efeito das despesas.

No acumulado do 1S25, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 80,9 milhões, alta de 9,1% frente ao 1S24, mantendo a dinâmica de pressão sobre o custo da dívida.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.520)	(12.826)	5,4%	(29.446)	(24.044)	22,5%
Corrente	(17.326)	(21.183)	(18,2%)	(39.597)	(39.835)	(0,6%)
Diferido	3.806	8.357	(54,5%)	10.151	15.791	(35,7%)

A despesa com IR e CSLL totalizou R\$ 13,5 milhões no 2T25, alta de 5,4% em relação ao 2T24, impulsionada pelo maior lucro antes dos tributos. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução de 18,2% na parcela corrente, reflexo de compensações fiscais e ajustes temporários. O componente diferido somou R\$ 3,8 milhões, queda de 54,5%, influenciado por menor reconhecimento de ativos fiscais sobre provisões e diferenças temporárias. No 1S25, a despesa totalizou R\$ 29,4 milhões (+22,5%), acompanhando o crescimento do lucro antes do IR e CSLL, impulsionado por maior receita de pedágio, controle de custos e aumento do resultado financeiro.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	29.100	25.219	15,4%	60.451	47.799	26,5%

O lucro líquido da ViaPaulista foi de R\$ 29,1 milhões no 2T25, crescimento de 15,4% em relação ao 2T24, impulsionado pelo aumento da receita de pedágio, controle de custos operacionais e maior eficiência financeira. No semestre, o lucro somou R\$ 60,4 milhões, alta de 26,5% frente ao 1S24, refletindo a expansão do resultado operacional, mesmo diante do aumento das despesas financeiras e da carga tributária.

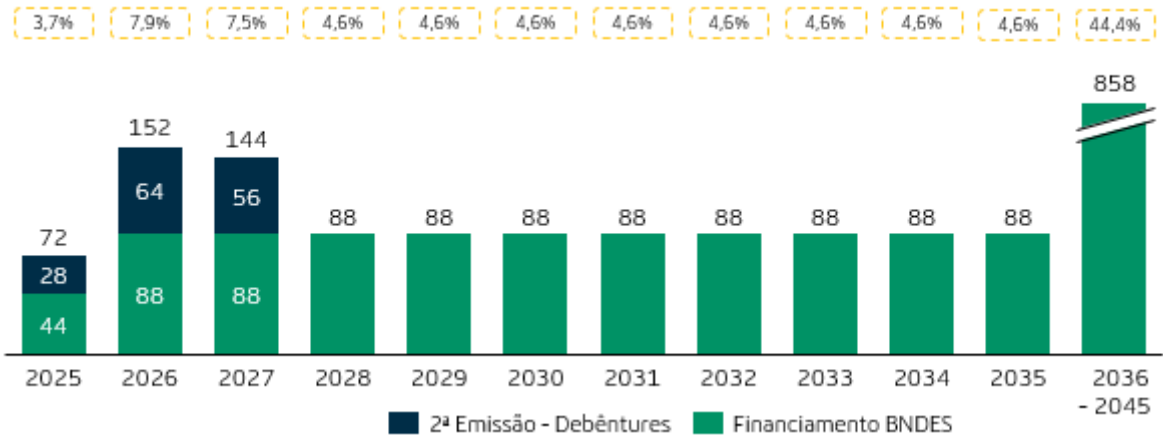
ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	1.878.978	1.720.267	9,2%
Curto Prazo	160.972	153.872	4,6%
Longo Prazo	1.718.006	1.566.395	9,7%
Posição de Caixa	503.513	401.378	25,4%
Caixa e equivalentes de caixa	171.337	80.532	112,8%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	332.176	320.846	3,5%
Dívida Líquida	1.375.465	1.318.889	4,3%

1: Curto e Longo Prazo

A dívida bruta da ViaPaulista encerrou o 2T25 em R\$ 1.879,0 milhões, crescimento de 9,2% em relação ao trimestre anterior, com aumento tanto no saldo de curto prazo (+4,6%) quanto no de longo prazo (+9,7%). A posição de caixa evoluiu 25,4% no período, totalizando R\$ 503,5 milhões, impulsionada principalmente pelo incremento de R\$ 90,8 milhões em caixa e equivalentes, enquanto as aplicações financeiras vinculadas mantiveram estabilidade. Com isso, a dívida líquida atingiu R\$ 1.375,5 milhões, alta de 4,3% frente ao 1T25, refletindo novos desembolsos junto ao BNDES e a dinâmica de indexação da dívida, predominantemente atrelada ao IPCA.

Aging da Dívida – junho de 2025



No exercício de 2025, 92% da dívida total da Companhia estava atrelada ao contrato de financiamento junto ao BNDES e 8% a 2ª Emissão de Debêntures.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	123.203	62.284	97,8%	222.447	119.179	86,6%

Os investimentos da ViaPaulista totalizaram R\$ 123,2 milhões no 2T25, alta de 97,8% em relação ao 2T24, impulsionados pela intensificação das obras de duplicação da SP-255 (km 48,1 ao km 77,1) e da SP-318 (km 249 ao km 280). No acumulado do semestre, os aportes somaram R\$ 222,4 milhões, crescimento de 86,6% frente ao 1S24. No 1S25, a Companhia concluiu a duplicação de 29 km da SP-255, no trecho entre Rincão e Araraquara, marco relevante no cronograma de modernização da rodovia. O investimento totalizou R\$ 151 milhões, com benefícios diretos para mais de 300 mil habitantes da região, reforçando o compromisso da ViaPaulista com a segurança viária e a fluidez do tráfego.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2047
Melhorias na Infraestrutura	4.549.394
Recuperações/Manutenções	1.867.900
Total	6.417.294

*Base Monetária: junho/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Ribeirão Preto, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Tozzi Gerab
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	318.716	264.242	20,6%	620.778	500.399	24,1%
Receitas de pedágio	210.854	193.553	8,9%	407.672	369.999	10,2%
Receitas de obras	107.542	70.329	52,9%	212.466	129.698	63,8%
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	320	360	(11,1%)	640	702	(8,8%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(19.091)	(16.745)	14,0%	(36.372)	(32.039)	13,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	299.625	247.497	21,1%	584.406	468.360	24,8%
CUSTOS E DESPESAS	(178.684)	(136.422)	31,0%	(335.114)	(253.866)	32,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(34.287)	(40.299)	(14,9%)	(69.852)	(79.162)	(11,8%)
Custo dos serv. de construção	(107.542)	(70.329)	52,9%	(212.466)	(129.698)	63,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(10.164)	(7.111)	42,9%	(19.178)	(13.695)	40,0%
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(27.271)	(19.109)	42,7%	(34.547)	(32.365)	6,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	580	426	36,2%	929	1.054	(11,9%)
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-
EBITDA	120.941	111.075	8,9%	249.292	214.494	16,2%
Margem EBITDA	63,0%	62,7%	0,3 p.p.	67,0%	63,3%	3,7 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(39.104)	(35.367)	10,6%	(78.480)	(68.494)	14,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(39.217)	(37.663)	4,1%	(80.915)	(74.157)	9,1%
Receitas financeiras	14.966	10.183	47,0%	27.271	20.784	31,2%
Despesas financeiras	(54.182)	(47.845)	13,2%	(108.185)	(94.940)	14,0%
Atualização montária - excedente tarifário	(1)	(1)	0,0%	(1)	(1)	0,0%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	42.620	38.045	12,0%	89.897	71.843	25,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.520)	(12.826)	5,4%	(29.446)	(24.044)	22,5%
Corrente	(17.326)	(21.183)	(18,2%)	(39.597)	(39.835)	(0,6%)
Diferido	3.806	8.357	(54,5%)	10.151	15.791	(35,7%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	29.100	25.219	15,4%	60.451	47.799	26,5%

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	4.361.486	4.184.201	4,2%
CIRCULANTE	251.610	159.250	58,0%
Caixa e equivalentes de caixa	85.151	73.776	15,4%
Aplicações Financeiras	86.186	6.756	1175,7%
Contas a receber	54.660	52.861	3,4%
Contas a receber - partes relacionadas	1.571	1.473	6,7%
Despesas antecipadas	866	1.697	(49,0%)
Impostos a recuperar	2.028	3.055	(33,6%)
Aplicações financeiras vinculadas	20.863	19.413	7,5%
Outros créditos	285	218	30,7%
NÃO CIRCULANTE	4.109.876	4.024.951	2,1%
Aplicações financeiras vinculadas	311.313	301.433	3,3%
Despesas antecipadas	158	191	(17,3%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	160.166	156.360	2,4%
Depósitos judiciais	43	43	0,0%
Outras contas a receber	-	414	(100,0%)
Direito de uso (IFRS 16)	43.148	46.938	(8,1%)
Imobilizado	4.308	4.335	(0,6%)
Intangível	3.590.740	3.515.237	2,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.361.486	4.184.201	4,2%
CIRCULANTE	492.003	462.738	6,3%
Empréstimos e financiamentos	87.030	78.239	11,2%
Debêntures	73.942	75.633	(2,2%)
Fornecedores	36.118	50.959	(29,1%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.082	14.016	(20,9%)
Obrigações sociais	11.685	15.552	(24,9%)
Obrigações fiscais	23.659	32.996	(28,3%)
Contar a pagar - partes relacionadas	8.838	7.810	13,2%
Cauções contratuais	16.212	13.906	16,6%
Dividendos propostos	29.306	29.306	0,0%
Credores pela concessão	-	-	-
Taxa de fiscalização	2.078	2.079	(0,0%)
Provisão para manutenção em rodovias	155.567	121.813	27,7%
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	16.173	16.173	0,0%
Outras contas a pagar	20.313	3.898	421,1%
NÃO CIRCULANTE	2.171.573	2.052.653	5,8%
Empréstimos e financiamentos	1.647.090	1.450.091	13,6%
Debêntures	70.916	116.304	(39,0%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	34.742	34.997	(0,7%)
Provisão para manutenção em rodovias	211.191	230.983	(8,6%)
Provisão para investimentos em rodovias	205.063	217.652	(5,8%)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.571	2.626	(2,1%)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.697.910	1.668.810	1,7%
Capital social	1.441.386	1.441.386	0,0%
Reserva legal	196.073	196.073	0,0%
Reserva de lucros	60.451	31.351	92,8%

Notas Explicativas

ViaPaulista S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de junho de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

VIAPAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ViaPaulista S.A. (“Sociedade” ou “ViaPaulista”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A..

A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP nº 0359-ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga – Franca) compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, apoio na execução dos serviços não delegados considerados os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a Sociedade.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

No trimestre de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de abril de 2025 a 30 de junho de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	1.882	4.765
Aplicações financeiras (a)	83.269	95.303
Total	85.151	100.068
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	86.186	9.087
Total	86.186	9.087

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,26% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over, LFT-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	54.453	-	46.140	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	205	-
Cartões de pedágio a receber (b)	147	-	144	-
Receitas acessórias a receber (c)	493	-	1.086	361
Outras receitas a receber	5	-	4	25
Provisão para perdas esperadas (d)	(438)	-	(417)	-
Total	54.660	-	47.162	386

Notas Explicativas

- (a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupom vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.
- (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.
- (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica e oleodutos.
- (d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	54.660	-	47.162	386
Créditos vencidos há mais de 180 dias	438	-	417	-
	55.098	-	47.579	386

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.620	89.897	38.045	71.843
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(14.491)	(30.565)	(12.935)	(24.427)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	971	1.119	109	383
Total	(13.520)	(29.446)	(12.826)	(24.044)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	(17.326)	(39.597)	(21.183)	(39.835)
Diferido	3.806	10.151	8.357	15.791
	(13.520)	(29.446)	(12.826)	(24.044)
Alíquota efetiva de impostos	(32%)	(33%)	(34%)	(33%)

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

Saldo patrimonial está representado por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	2.078	4.347
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.571	1.394
Outras provisões	181	340
Provisão para manutenção de rodovias	366.758	340.588
Amortização acumulada de obras futuras	22.340	22.342
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	58.553	57.556
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	11.297	11.550
Arrendamentos	2.676	2.686
Provisão para perdas esperadas	438	417
Tributos - exigibilidade suspensa	4.185	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	471.077	441.220
Alíquota nominal	34%	34%
Total	160.166	150.015
Total do imposto de renda e contribuição social	160.166	150.015

Movimentos de resultado estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Provisão de participação nos lucros	(3.406)	(2.269)	(3.312)	(2.378)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(55)	1.177	(1.035)	(517)
Outras provisões	(190)	(159)	1.209	672
Provisão para manutenção de rodovias	13.962	26.170	23.129	39.940
Amortização acumulada de obras futuras	(1.450)	(2)	1.448	2.782
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(2.326)	997	2.916	5.877
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(126)	(253)	(126)	(252)
Arrendamentos	601	(10)	351	320
Provisão para perdas esperadas	-	21	-	-
Tributos - exigibilidade suspensa	4.185	4.185	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	11.195	29.857	24.580	46.444
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	3.806	10.151	8.357	15.791
Total do imposto de renda e contribuição social	3.806	10.151	8.357	15.791

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2025	12.913
2026	26.395
2027	25.688
2028	25.688
Após 2028	69.482
	160.166

Notas Explicativas

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade manterá aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As receitas auferidas pela Sociedade, deverão ser vertidas para conta bancária centralizadora e seguir as destinações previstas no Contrato de Administração de Contas, respeitando os percentuais e prazos lá estipulados.

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva.

A Sociedade deve manter depositada em conta pagamentos de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente para o pagamento da próxima parcela vincenda; na conta reserva, deverão ser mantidas parcelas vincendas nos 03 (três) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ou até que seja medido o ICSD pela primeira vez; ou parcelas vincendas nos 04 (quatro) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,3 (um inteiro e três décimos) e igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos); ou parcelas vincendas nos 05 (cinco) meses subsequentes, caso o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) esteja menor do que 1,2 (um inteiro e dois décimos) e igual ou superior a 1,1 (um inteiro e um décimo).

Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

Assim que o montante esteja disponível na conta livre, deverá ser transferido para a conta Conserva Especial, o montante referente ao que for maior entre o valor equivalente a (i) 75% (setenta e cinco por cento) da Provisão para Conservação Especial ou Manutenção; ou (ii) a 75% (setenta e cinco por cento) dos valores indicados para cada ano na tabela que consta no contrato de financiamento com o BNDES, corrigidos pelo IPCA.

Em 30 de junho de 2025, o saldo é de R\$20.863 no ativo circulante e R\$311.313 no ativo não circulante (R\$29.854 e R\$293.982, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,79% a.a. e (97,44% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2024	17.976	5.471	1.291	60.873	46	85.657
Remensurações	1.118	43	(103)	(1.211)	-	(153)
Adições	-	8.953	1.016	1.556	-	11.525
Baixas	-	(5.513)	(1.819)	(1.751)	-	(9.083)
Saldo em 30.06.2025	19.094	8.954	385	59.467	46	87.946
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2024	(14.682)	(5.134)	(1.249)	(22.130)	(33)	(43.228)
Amortização	(2.016)	(607)	(194)	(7.834)	(2)	(10.653)
Baixas	-	5.513	1.819	1.751	-	9.083
Saldo em 30.06.2025	(16.698)	(228)	376	(28.213)	(35)	(44.798)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2024	3.294	337	42	38.743	13	42.429
Saldo em 30.06.2025	2.396	8.726	761	31.254	11	43.148
Taxas de amortização - a.a.	19%	16%	38%	28%	17%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Total
Custo direito de uso						
Saldo em 31.12.2023	17.976	4.474	969	31.497	29	54.945
Remensurações	-	325	152	258	-	735
Adições	-	-	-	35.347	-	35.347
Baixas	-	-	-	(4.175)	-	(4.175)
Saldo em 30.06.2024	17.976	4.799	1.121	62.927	29	86.852
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2023	(10.730)	(3.865)	(878)	(14.419)	(25)	(29.917)
Amortização	(1.976)	(608)	(167)	(6.593)	(4)	(9.348)
Baixas	-	-	-	4.175	-	4.175
Saldo em 30.06.2024	(12.706)	(4.473)	(1.045)	(16.837)	(29)	(35.090)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31.12.2023	7.246	609	91	17.078	4	25.028
Saldo em 30.06.2024	5.270	326	76	46.090	-	51.762
Taxas de amortização - a.a.	22%	25%	30%	20%	28%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
(b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
(c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
(d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
(e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	53	3.621	758	862	787	6.081
Adições	18	110	16	-	-	144
Alienações/baixas	-	-	(254)	-	-	(254)
Saldo em 30.06.2025	71	3.731	520	862	787	5.971
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(13)	(1.007)	(277)	(41)	(120)	(1.458)
Depreciação	(2)	(208)	(57)	(18)	(20)	(305)
Alienações/baixas	-	-	100	-	-	100
Saldo em 30.06.2025	(15)	(1.215)	(234)	(59)	(140)	(1.663)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	40	2.614	481	821	667	4.623
Saldo em 30.06.2025	56	2.516	286	803	647	4.308
Taxas de depreciação - a.a.	9%	14%	28%	4%	9%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	40	3.021	641	626	717	5.045
Adições	13	186	-	236	70	505
Transferências/reclassificações	-	-	136	-	-	136
Saldo em 30.06.2024	53	3.207	777	862	787	5.686
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(9)	(589)	(135)	(6)	(80)	(819)
Depreciação	(2)	(209)	(65)	(17)	(20)	(313)
Saldo em 30.06.2024	(11)	(798)	(200)	(23)	(100)	(1.132)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	31	2.432	506	620	637	4.226
Saldo em 30.06.2024	42	2.409	577	839	687	4.554
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	2.103.798	1.501.574	5.872	3.611.244	352.051	3.963.295
Adições	73.511	-	789	74.300	154.116	228.416
Transferências/reclassificações (d)	244.271	-	-	244.271	(244.271)	-
Alienações/baixas	(828)	-	-	(828)	-	(828)
Saldo em 30.06.2025	2.420.752	1.501.574	6.661	3.928.987	261.896	4.190.883
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(236.724)	(293.735)	(2.276)	(532.735)	-	(532.735)
Amortização	(40.556)	(26.352)	(614)	(67.522)	-	(67.522)
Alienações/baixas	114	-	-	114	-	114
Saldo em 30.06.2025	(277.166)	(320.087)	(2.890)	(600.143)	-	(600.143)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.867.074	1.207.839	3.596	3.078.509	352.051	3.430.560
Saldo em 30.06.2025	2.143.586	1.181.487	3.771	3.328.844	261.896	3.590.740
Taxas de amortização - a.a. (e)	5%	4%	53%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.546.629	1.501.574	3.902	3.052.105	537.082	3.589.187
Adições	79.520	-	1.043	80.563	80.979	161.542
Transferências/reclassificações (d)	374.358	-	-	374.358	(374.494)	(136)
Saldo em 30.06.2024	2.000.507	1.501.574	4.945	3.507.026	243.567	3.750.593
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(163.149)	(241.031)	(1.143)	(405.323)	-	(405.323)
Amortização	(31.961)	(26.352)	(520)	(58.833)	-	(58.833)
Saldo em 30.06.2024	(195.110)	(267.383)	(1.663)	(464.156)	-	(464.156)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.383.480	1.260.543	2.759	2.646.782	537.082	3.183.864
Saldo em 30.06.2024	1.805.397	1.234.191	3.282	3.042.870	243.567	3.286.437
Taxas de amortização - a.a. (e)	4%	3%	37%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente no reconhecimento inicial. Vide nota explicativa nº 18.
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (e) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$23.728 (R\$19.876 em 30 de junho de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de financiamentos e debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2025 foi de 2,65% a.a. e em 2024 2,36% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (impairment)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis de 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

12. FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros efetivas	Vencimentos	Garantias	30.06.2025	31.12.2024
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+ 6,42% a.a.	set-45	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.781.712	1.568.164
Arrendamento Mercantil Financeiro - Santander	1,25% a.m.	nov-25	Objeto do contrato Veículo Volvo XC40 8 Ultimate	-	138
				1.781.712	1.568.302
				(47.592)	(44.400)
Custo de transação					
Total Geral				1.734.120	1.523.902
Circulante				87.030	77.250
Não circulante				1.647.090	1.446.652
Total				1.734.120	1.523.902

Os saldos e movimentações dos financiamentos estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	79.393	1.488.909	1.568.302	59.947	1.349.914	1.409.861
Captações/Renovações	7.494	192.506	200.000	7.059	142.941	150.000
Juros e variações monetárias provisionados	51.405	49.869	101.274	45.289	36.577	81.866
Amortização de principal	(39.087)	-	(39.087)	(24.020)	-	(24.020)
Pagamento de juros	(48.777)	-	(48.777)	(43.783)	-	(43.783)
Transferência	38.955	(38.955)	-	33.146	(33.146)	-
	89.383	1.692.329	1.781.712	77.638	1.496.286	1.573.924
Custo de transação	(2.353)	(45.239)	(47.592)	(2.125)	(42.987)	(45.112)
Saldo final	87.030	1.647.090	1.734.120	75.513	1.453.299	1.528.812

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamentos específicas.

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante relativas aos empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	85.688
2027	85.688
2028	85.688
2029	85.688
Após 2029	1.349.577
Total	1.692.329

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - Financiamento BNDES

Conforme previsto no contrato de financiamento firmado pela Sociedade o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a beneficiária está sujeita ao cumprimento de determinadas obrigações financeiras e operacionais que condicionam, entre outros aspectos, a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre capital próprio. Entre os indicadores financeiros de observância obrigatória, destacam-se:

Notas Explicativas

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): deve ser mantido em patamar igual ou superior a 1,3, calculado com base nas demonstrações financeiras revisadas dos últimos quatro (4) períodos trimestrais, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade (GC)}}{\text{Serviço da Dívida (SD)}}$$

Onde:

- (i) Geração de Caixa (GC) = *EBITDA* Ajustado – Imposto de Renda pago – Contribuição Social paga;
 - (ii) Serviço da Dívida (SD) = Amortização de principal + Pagamento de juros;
 - (iii) *EBITDA* Ajustado = Lucro Operacional antes do resultado financeiro, ajustado para exclusão dos efeitos de depreciação e amortização, da receita e custo de construção e da Provisão de Conservação Especial e Manutenção.
- Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/AT): deve ser mantido em patamar igual ou superior a 20%, calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas do último exercício ou nas trimestrais revisadas por auditoria independente, conforme aplicável.

O contrato prevê outras condições financeiras e operacionais, cujos termos não são detalhados por não serem de caráter público.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis a ser apresentado pois em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de seus financiamentos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	30.06.2025	31.12.2024
2ª emissão - série única	400.000	IPCA + 3,94% a.a.	jun-27	148.654	190.479
				148.654	190.479
			Custo de transação	(3.796)	(4.610)
			Total geral	144.858	185.869
			Circulante	73.942	71.772
			Não circulante	70.916	114.097
			Total	144.858	185.869

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	73.650	116.829	190.479	109.396	170.696	280.092
Juros e variações monetárias provisionados	3.646	5.834	9.480	5.311	7.711	13.022
Amortização de principal	(47.575)	-	(47.575)	(53.144)	-	(53.144)
Pagamento de juros	(3.730)	-	(3.730)	(5.510)	-	(5.510)
Transferências	49.889	(49.889)	-	49.017	(49.017)	-
	75.880	72.774	148.654	105.070	129.390	234.460
Custo de transação	(1.938)	(1.858)	(3.796)	(1.845)	(3.613)	(5.458)
Saldo final	73.942	70.916	144.858	103.225	125.777	229.002

Notas Explicativas

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão - série única	15.06.2019	400.000	1.000	18.06.2019	400.000
		400.000			400.000

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	24.258
2027	48.516
Total	72.774

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 2ª emissão de debêntures

Em conformidade com a escritura de emissão de debêntures da ViaPaulista, e considerando a Arteris S.A. como sua fiadora, a Emissora e a Fiadora comprometem-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas:

Índices da Emissora (ViaPaulista) - Índice de Distribuição

O ICSD e o PL/AT são utilizados como requisito para que a ViaPaulista possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A ViaPaulista deve manter ICSD igual ou superior a 1,30, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade (GC)}}{\text{Serviço da Dívida (SD)}}$$

- Geração de Caixa (GC) = EBITDA Ajustado – Imposto de Renda pago – Contribuição Social paga;
- Serviço da Dívida (SD) = Amortização de principal + Pagamento de juros;
- EBITDA Ajustado = Lucro Operacional antes do resultado financeiro, ajustado para exclusão dos efeitos de depreciação e amortização, da receita e custo de construção e da Provisão de Conservação Especial e Manutenção.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (PL/AT)

A ViaPaulista deve manter PL/AT igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/AT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

Índices da Fiadora (Arteris S.A.) - Covenants de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Fiadora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

(a) Índice de Alavancagem (Dívida Líquida Consolidada / (EBITDA Ajustado Consolidado - Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado))

Deve ser mantido igual ou inferior a 4,50, apurado ao final de cada trimestre:

$$\frac{\text{Dívida Líquida Consolidada}}{\text{EBITDA Ajustado Consolidado} - \text{Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado}} \leq 4,50$$

(b) Índice de Despesa Financeira

A Fiadora deve manter, em caráter contínuo, o seguinte índice igual ou superior a 1,30, conforme fórmula contratual:

Notas Explicativas

EBITDA Ajustado Consolidado – Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado

Despesas Financeiras

≥ 1,30

Para fins contratuais:

- Dívida Líquida Consolidada corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos, conforme aplicável, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, conforme aplicável, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo consolidado da Emissora, conforme aplicável, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, conforme aplicável, considerar-se-ão como dívida.
- EBITDA Ajustado Consolidado corresponde ao lucro (prejuízo) líquido consolidado da Emissora antes do imposto sobre a renda e da contribuição social, adicionando-se (a) despesas não operacionais; (b) despesas financeiras; (c) despesas com Provisão Para Desvalorização de Ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (d) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. Caso a Emissora realize a aquisição, incorporação ou obtenha o direito de explorar quaisquer novos ativos, fica certo de que, para fins do cálculo do Índice Financeiro, o EBITDA ajustado dos últimos 12 (doze) meses do novo ativo adquirido será somado ao EBITDA Ajustado Consolidado.
- Direito de Outorga Fixo Pago Consolidado corresponde à soma dos pagamentos realizados ao poder concedente nos últimos doze (12) meses referentes ao direito de outorga fixo, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas, deduzidos dos pagamentos relacionados a leilões de novas licitações ou processos de concessão.
- Despesas Financeiras: correspondem ao conjunto das despesas financeiras consolidadas da Fiadora, conforme indicado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis a ser apresentado pois em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$36.118 (R\$45.342 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$16.212 (R\$13.080 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que podem variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	14.194	30.921	45.115	15.538	11.527	27.065
Remensurações	982	(1.135)	(153)	735	-	735
Adições	2.506	9.019	11.525	1.380	33.967	35.347
Utilizações (*)	(13.461)	-	(13.461)	(12.197)	-	(12.197)
Ajuste a valor presente - AVP	2.798	-	2.798	3.170	-	3.170
Transferências	4.063	(4.063)	-	8.893	(8.893)	-
	11.082	34.742	45.824	17.519	36.601	54.120

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$11.707 (R\$10.191 em 30 de junho de 2024).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	7.190
2027	7.144
2028	6.243
2029	5.312
Após 2029	8.853
	34.742

O potencial PIS/COFINS (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$222 e R\$1.023 para PIS e COFINS (R\$201 e R\$927, respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 10,85% a.a. (9,11% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade excluídos os financiamentos do BNDES, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a serviços de controle de qualidade, direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária e rateios de despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	30.06.2025	31.12.2024
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	386	325
Centrovias S.A. (a)	321	271
Intervias S.A. (a)	172	261
Vianorte S.A. (a)	257	217
Fluminense S.A. (a)	6	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	429	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1.571	1.074
Total parte relacionada no ativo circulante	1.571	1.074
Passivo circulante	30.06.2025	31.12.2024
Controladora / Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	8.838	9.059
Passivos com partes relacionadas circulante	8.838	9.059
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora(b)	16.173	16.173
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	16.173	16.173
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora(c)	29.306	29.306
Total dos dividendos a pagar	29.306	29.306
Total do passivo circulante	54.317	54.538

Notas Explicativas

<u>Contas de Resultados:</u> <u>Despesas gerais:</u> <u>Controladora</u> Arteris S.A. <u>Outras partes relacionadas</u> Autovias S.A. Centrovias S.A. Intervias S.A. Vianorte S.A. Fluminense S.A. Fernão dias S.A. Litoral Sul S.A. Total	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
	(7.149)	(13.007)	(5.243)	(9.646)
	31	60	39	71
	26	50	31	58
	233	456	310	653
	21	41	26	47
	6	15	-	-
	-	(17)	-	-
	7	7	-	-
	(6.825)	(12.395)	(4.837)	(8.817)

- (a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.
- (b) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 20.
- (c) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa nº 20.

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.739 (R\$1.984 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$1.075 (R\$545 em 30 de junho de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$3.664 (R\$1.439 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$1.861 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$1.500 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.078 e R\$4.347.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. Em 10 de outubro de 2017 foi pago o valor de R\$1.039.903 referente ao valor do ágio ofertado corrigido. Nesta mesma data foi paga a primeira parcela da outorga fixa no valor de R\$237.326, equivalente ao valor corrigido de 50% do valor da outorga fixa mínima total, estipulado em R\$450.968. Com o advento da Transferência do Sistema Remanescente da Autovias para a ViaPaulista, como rege o anexo 20 do Contrato de Concessão, em 4 de julho de 2019, foi realizado o pagamento da 2ª e última parcela da Outorga Fixa no valor de R\$248.463 ao Poder Concedente, ocorrendo uma reversão do montante provisionado de R\$594 devido a utilização do conceito para o calculo das atualizações mensais aplicado pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ter sido diferente ao do provisionamento.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, o ônus variável é designado pelo montante da obrigação devida pela Sociedade ao poder concedente, qual corresponde a 3% da receita bruta de pedágio mensal. Em 8 de novembro de 2024, a ARTESP reconheceu em favor da Sociedade, crédito originado do desequilíbrio econômico-financeiro, reduzindo de 3% para 0% o cálculo do ônus variável, até que o valor de desequilíbrio seja compensado.

Dessa maneira, no decorrer do período findo em 30 de junho de 2025, não houve pagamentos ao Poder Concedente referente às parcelas da outorga variável (R\$10.992 em 30 de junho de 2024).

19. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante o período findo em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	168	905	(156)	(498)	5	424
Trabalhistas	198	3.006	(933)	(1.266)	10	1.015
Regulatório	1.028	263	(114)	(149)	104	1.132
Total	1.394	4.174	(1.203)	(1.913)	119	2.571

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	148	260	(141)	(139)	6	134
Trabalhistas	1.493	500	(610)	131	6	1.520
Regulatório	1.452	2.472	(1.540)	(1.514)	51	921
Total	3.093	3.232	(2.291)	(1.522)	63	2.575

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2025	31.12.2024
Cíveis	2.740	2.007
Trabalhistas	601	631
Regulatório	11.704	8.484
Total	15.045	11.122

(b) Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. no período findo em 30 de junho de 2025, (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024) considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de junho de 2025 e 2024.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	-	84.511	212.633	256.077	212.633	340.588
Adições/Reversões	-	(1.262)	(8.568)	35.809	(8.568)	34.547
Utilizações	-	(21.431)	-	-	-	(21.431)
Ajuste a valor presente	-	4.636	998	8.418	998	13.054
Transferências	-	89.113	-	(89.113)	-	-
Saldo em 30.06.2025	-	155.567	205.063	211.191	205.063	366.758

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	7.670	-	181.803	243.391	189.473	243.391
Adições/Reversões	-	(22.508)	10.790	54.873	10.790	32.365
Ajuste a valor presente	-	374	5.877	7.201	5.877	7.575
Transferências	(7.670)	51.661	7.670	(51.661)	-	-
Saldo em 30.06.2024	-	29.527	206.140	253.804	206.140	283.331

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$13.415.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.441.386, composto por 1.489.050.740 ações ordinárias sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.441.386

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias, conforme mencionado. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 25% do lucro líquido do exercício ou 25% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	210.854	407.672	193.553	369.999
Receita de serviços de construção	107.542	212.466	70.329	129.698
Outras receitas	320	640	360	702
Receita bruta	318.716	620.778	264.242	500.399
ISSQN	(10.467)	(20.239)	(9.613)	(18.377)
PIS	(1.367)	(2.646)	(1.260)	(2.409)
COFINS	(6.307)	(12.212)	(5.816)	(11.117)
Outras deduções	(950)	(1.275)	(56)	(136)
Receita líquida	299.625	584.406	247.497	468.360

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(9.195)	(18.226)	(8.786)	(16.866)
Serviços de terceiros	(5.628)	(11.547)	(6.123)	(12.227)
Conservação	(7.251)	(16.195)	(8.102)	(17.066)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.414)	(2.704)	(1.195)	(2.396)
Consumo	(930)	(1.945)	(1.066)	(2.004)
Transportes	(2.397)	(4.680)	(2.286)	(4.278)
Verba de fiscalização	(6.337)	(12.251)	(5.818)	(11.122)
Seguros / Garantias	(925)	(1.897)	(905)	(1.812)
Ônus variável	-	-	(5.818)	(11.122)
Provisão de manutenção em rodovias	(27.271)	(34.547)	(19.109)	(32.365)
Custos de serviços da construção	(107.542)	(212.466)	(70.329)	(129.698)
Depreciação / Amortização	(25.859)	(51.998)	(22.109)	(41.979)
Amortização da Outorga	(13.177)	(26.353)	(13.177)	(26.353)
Outros	(210)	(407)	(200)	(269)
Total	(208.136)	(395.216)	(165.023)	(309.557)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(6.431)	(11.460)	(4.632)	(8.292)
Serviços de terceiros	(632)	(1.234)	(645)	(1.265)
Manutenção de bens e conservação	(743)	(1.407)	(598)	(1.005)
Consumo	(611)	(1.343)	(705)	(1.372)
Transportes	131	47	(5)	(52)
Seguros/Garantias	(16)	(22)	(11)	(14)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.461)	(2.971)	(144)	(941)
Comunicação e marketing	(89)	(152)	(84)	(156)
Publicações legais	(130)	(134)	(131)	(135)
Depreciação / Amortização	(68)	(129)	(81)	(162)
Provisão para perdas esperadas	1	(20)	-	-
Outros	(183)	(482)	(156)	(463)
Total	(10.232)	(19.307)	(7.192)	(13.857)

Notas Explicativas

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	14.905	27.187	10.164	20.746
Créditos fiscais	22	42	19	38
Outras receitas	39	42	-	-
Total	14.966	27.271	10.183	20.784
	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(46.157)	(87.026)	(37.601)	(75.012)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(5.619)	(16.850)	(8.457)	(16.622)
Outras despesas	(2.406)	(4.309)	(1.787)	(3.306)
Total	(54.182)	(108.185)	(47.845)	(94.940)

(*) Do total dos juros de financiamentos e debêntures incorridos em 30 de junho de 2025 no valor de R\$110.754, o montante de R\$23.728 foi reconhecido como adição de intangível e infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento (R\$94.888 e R\$19.876 em 30 de junho de 2024).

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	228.416	161.542
Total das adições de imobilizado (b)	144	505
Juros capitalizados - financiamentos (a)	(22.998)	(19.278)
Juros capitalizados - debêntures (a)	(730)	(598)
	204.832	142.171
Aquisição (adições)	(204.832)	(142.171)
Fornecedores	(2.220)	13.972
Obrigações fiscais	(654)	(1.694)
Contas a pagar - partes relacionadas	4.233	(65)
Cauções contratuais	3.009	(11)
Provisão para investimentos em rodovias	(8.568)	10.790
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(209.032)	(119.179)
Fluxo de caixa imobilizado	(144)	(505)
Fluxo de caixa intangível	(208.888)	(118.674)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(209.032)	(119.179)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção

	(4.200)	22.992
--	---------	--------

Outras transações que não envolveram caixa:
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos

	16.173	9.038
--	--------	-------

Dividendos propostos e não pagos

	29.306	13.315
--	--------	--------

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 23.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

Notas Explicativas

25. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	29.100	60.451	25.219	47.799
Número de ações durante o período	1.489.051	1.489.051	1.489.051	1.489.051
Lucro por ação	0,0195	0,0406	0,0169	0,0321

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	85.151	85.151	100.068	100.068
Aplicação financeira	N/A	2	86.186	86.186	9.087	9.087
Contas a receber clientes	N/A	2	54.660	54.660	47.162	47.162
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	1.571	1.571	1.074	1.074
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	332.176	332.176	323.836	323.836
Outros créditos	N/A	2	285	285	455	455
			560.029	560.029	481.682	481.682
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	N/A	2	1.734.120	1.734.120	1.523.902	1.523.902
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	8.838	8.838	9.059	9.059
Debêntures (a)	N/A	2	148.654	140.865	190.479	179.471
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	52.330	52.330	58.422	58.422
Taxa de fiscalização	N/A	2	2.078	2.078	2.019	2.019
Outras contas a pagar	N/A	2	20.313	20.313	9.279	9.279
			1.966.333	1.958.544	1.793.160	1.782.152

(a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

Notas Explicativas

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Receita de aplicações financeiras	20.758	25.948	31.137
Juros a incorrer CDI líquido (*)	20.758	25.948	31.137
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - BNDES	(194.366)	(215.128)	(235.889)
Juros a incorrer - Debêntures	(12.483)	(14.177)	(15.871)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(206.849)	(229.305)	(251.760)
Juros a incorrer líquido	(186.091)	(203.357)	(220.623)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplimentos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no montante de R\$54.453 (R\$46.140 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Auto Expresso - DBTRANS S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A sua controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$240.393 (R\$222.996 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	2025	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
BNDES Automático (b)	12,08%	1.781.712	2.587.470	43.399	129.598	167.128	321.789	1.925.556
Arrendamento mercantil a pagar	11,75%	45.824	60.797	3.884	11.658	10.775	9.937	24.543
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	148.654	156.907	31.053	38.812	87.042	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	-	52.330	52.330	49.158	3.172	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	8.838	8.838	7.096	1.742	-	-	-
Outras contas a pagar	-	20.313	20.313	19.876	437	-	-	-
		2.057.671	2.886.655	154.466	185.419	264.945	331.726	1.950.099

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
(b) Valores brutos dos custos de transação.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

Notas Explicativas

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e o pagamento do ônus fixo da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	29.064
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	841.690

(*) Por sinistro.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor de garantia em 30 de junho de 2025 é de R\$37.011 (R\$42.928 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
ViaPaulista S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaPaulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de agosto de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Tozzi Gerab - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da ViaPaulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Tozzi Gerab - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia